

Acerto com bancos aumentará a dívida

BRASÍLIA — Se o Brasil fechar um acordo, não significa que seus problemas estarão resolvidos, porque o refinanciamento de seus compromissos implicará em aumento da dívida e novas necessidades de recursos no futuro. A solução definitiva só virá com a aceitação, pelos credores, de esquemas de reescalonamento da dívida que incluam mecanismos como a securitização (com prazo de 25 anos) e refinanciamento de juros por um período mínimo de três anos.

Essa fórmula se ajustaria à capacidade efetiva de pagamento do País e lhe daria uma folga para reprogramar sua economia com essa finalidade. Os bancos resistem porque isso implicaria em perda de parte do que emprestaram no passado, uma realidade que, na prática, já se impôs no mercado secundário de títulos entre instituições financeiras. Ou seja, os bancos sabem que pelo menos toda a dívida jamais será paga.

Para não radicalizar, o Brasil havia imaginado uma saída intermediária, misturando elementos convencionais e inovadores da renegociação, definidos em cinco pontos:

1. Securitização, porém voluntária;
2. Redução do **spread** (risco);
3. Desvinculação entre os desembolsos dos bancos e do FMI;
4. Teto de juros para salvaguardar um súbito aumento das taxas ou do preço do petróleo; e
5. Pagamento de apenas 40% dos juros vencidos.

Os bancos endureceram as negociações respaldados pelo risco de desclassificação do crédito brasileiro, coisa que somente seria evitada mediante um pagamento simbólico que rompeu temporariamente a moratória, admitido como lance tático da negociação. No entanto, valendo-se da troca da equipe, aumentaram as pressões para rejeitar a proposta mista para obrigar o Brasil a retornar ao modelo clássico.